



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Instituto Socioambiental
*Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Secretaria Executiva do
Instituto Socioambiental
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Socioambiental (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



JPM

Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Socioambiental**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de abril de 2013.



JPM Auditores Independentes
CRC 2SP024410/O-5


Deuly Pereira
CONFADOR CRC - 1SP 102.800/O-0

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.389.447	10.399.826	Fornecedores		601.259	415.616
Contas a receber de projetos	7	2.045.398	1.235.950	Férias e encargos sociais		655.049	628.090
Outras contas a receber		184.830	237.328	Obrigações fiscais e sociais	9	237.469	263.870
Adiantamentos diversos		389.796	244.119	Outras contas a pagar		82.816	65.315
Estoques		28.948	32.596	Recursos vinculados a projetos	12	8.546.044	8.180.353
Despesas do exercício seguinte		29.501	43.373	Total do passivo circulante		10.122.637	9.553.244
Total do ativo circulante		13.067.920	12.193.192				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	8	2.018.996	2.048.865	Provisão para contingências	10	35.000	35.000
Intangível	8	86.755	101.834	Total do passivo não circulante		35.000	35.000
Total do ativo não circulante		2.105.751	2.150.699	Total do passivo		10.157.637	9.588.244
				Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	13	2.153.429	1.952.603
				Fundo institucional	14	28.370	22.493
				Fundo estatutário	5	2.881.663	2.580.593
				(Déficit) superávit do exercício		(47.428)	199.958
				Total do patrimônio líquido		5.016.034	4.755.647
Total do ativo		15.173.671	14.343.891	Total do passivo e patrimônio líquido		15.173.671	14.343.891



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITAS		
Nacionais	5.782.501	7.634.612
Estrangeiras	13.056.705	11.781.811
Vendas de produtos e serviços	228.526	868.546
Financeiras	625.475	664.571
Outras	429.505	565.686
	<u>20.122.712</u>	<u>21.515.226</u>
DESPESAS		
Coordenação geral	705.789	546.893
Serviços e atividades permanentes	3.082.405	2.787.841
Programas regionais e nacionais	14.806.660	15.975.240
Temas	129.175	321.784
Projetos Especiais	683.489	896.351
Outras	762.621	787.160
	<u>20.170.140</u>	<u>21.315.269</u>
(Déficit) superávit do exercício	<u>(47.428)</u>	<u>199.958</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em reais)

	Superávit acumulado	Fundo institucional	Fundo estatutário	(Déficit) Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.925.538	18.817	2.320.127	27.066	4.291.548
Incorporação ao patrimônio líquido	27.066			(27.066)	0
Constituição do fundo institucional		3.676			3.676
Constituição do fundo estatutário			52.450		52.450
Rendimentos de aplicações financeiras			208.015		208.015
Transferência entre contas					0
Superávit do exercício				199.958	199.958
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.952.603	22.493	2.580.593	199.958	4.755.647
Ajuste de exercício anterior	868				868
Incorporação ao patrimônio líquido	199.958			(199.958)	0
Constituição do fundo institucional		4.616			4.616
Constituição do fundo estatutário			128.803		128.803
Rendimentos de aplicações financeiras		1.260	172.267		173.528
Déficit do exercício				(47.428)	(47.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.153.429	28.370	2.881.663	(47.428)	5.016.034



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(47.428)	199.958
Ajustes para reconciliar o resultado líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	390.633	371.536
Ajuste de exercício anterior	868	-
Acréscimo ao Fundo institucional	5.877	3.676
Acréscimo ao Fundo estatutário	301.070	260.466
Valor residual de imobilizado baixado	53.747	110.565
	<u>704.767</u>	<u>946.200</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Circulante:		
Contas a receber	(756.950)	647.444
Adiantamentos diversos e estoques	(142.029)	70.897
Despesas do exercício seguinte	13.873	(31.373)
	<u>(885.107)</u>	<u>686.968</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Circulante:		
Fornecedores	185.644	8.081
Férias e encargos sociais	26.959	93.018
Outras contas a pagar	17.501	38.371
Obrigações fiscais e sociais	(26.402)	28.674
Recursos vinculados a projetos	365.691	1.876.252
	<u>569.393</u>	<u>2.044.396</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	389.053	3.677.564
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimos de imobilizado e intangível	(399.432)	(613.956)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(399.432)	(613.956)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(10.379)	3.063.608
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.399.826	7.336.218
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>10.389.447</u>	<u>10.399.826</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(10.379)	3.063.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais - R\$)

1. Contexto operacional

O Instituto Socioambiental foi fundado em 22 de abril de 1994 com Ata de Fundação registrada no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº. 346311, sendo uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede em São Paulo - SP e sub-sedes em Brasília - DF, São Gabriel da Cachoeira e Manaus - AM, Boa Vista - RR, Eldorado - SP, Canarana - MT e Altamira - PA. A Entidade tem como objetivo promover a defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao meio ambiente; ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, estimular o desenvolvimento socioeconômico através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, com a manutenção da diversidade cultural e biológica, para as presentes e futuras gerações; promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos e dos povos indígenas e populações tradicionais; promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos, em especial na América Latina e Caribe e para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades; divulgar por quaisquer meios às informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos as suas atividades; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação ambiental e social em todas as suas manifestações, inclusive estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1 409/12 que aprovou a Interpretação Técnica (ITG) 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão de risco financeiro (nota 6), o valor residual do ativo imobilizado (nota 8) e a provisão para contingências (nota 11).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Estoques

Os estoques correspondentes a obras publicadas com recursos de projetos financiados por terceiros são avaliadas pelo valor unitário de R\$ 1,00. Os estoques adquiridos com recursos próprios são valorizados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras contas a pagar.



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização acumuladas são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Prédios	4 %
Veículos, equipamentos de informática, embarcações, sistemas e programas	20 %
Máquinas e equipamentos, instalações, equipamentos de comunicação e móveis e utensílios	10 %

Os critérios de depreciação, a estimativa de vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. No exercício de 2011, a Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos.

e) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

f) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência.

g) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Doações e contribuições

As doações e contribuições financeiras recebidas sem destinação específica são reconhecidas como receitas de doações e mensuradas a valor justo. As doações recebidas de ativo imobilizado são contabilizadas no patrimônio social.



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	10.389.447	10.399.826
Contas a receber de projetos	2.045.398	1.235.950
Outras contas a receber	184.830	237.328
Adiantamentos diversos	389.796	244.118
Outros créditos	28.948	32.596
	13.038.418	12.149.818

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2012 um ativo circulante de R\$ 13.067.919 (R\$ 12.193.192 em 2011) para um passivo circulante de R\$ 10.122.636 (R\$ 9.553.243 em 2011), o que representa uma liquidez de R\$ 2.945.283 (liquidez de R\$ 2.639.949 em 2011).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 180 (cento e oitenta) dias, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido principalmente para os custos com pessoal uma vez que este é o componente mais relevante do custo dos projetos e tais gastos são fixados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

5. Fundo estatutário

De acordo com o disposto nos artigos 55 e 56, letras a, b e c do Estatuto social, serão destinados recursos para a constituição de um Fundo financeiro a ser utilizado em situações excepcionais mediante aprovação expressa da Assembleia Geral. O Fundo financeiro será formado pela aplicação de 10% sobre as receitas obtidas sem vinculação determinada, de 0,5 % sobre as receitas com vinculação determinada, desde que este percentual e a sua destinação estejam previstos no projeto de captação correspondente, de 100 % das receitas obtidas especialmente para esse fim e de 100 % das receitas resultantes do próprio Fundo. O parágrafo único do art. 56 estabelece que o valor acumulado do fundo financeiro não deverá exceder a 25% da despesa anual do Instituto prevista no orçamento.

Os recursos do Fundo estatutário estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário - DI no Banco do Brasil. Os rendimentos líquidos do exercício de 2012, contabilizados como acréscimo ao Fundo correspondeu ao valor de R\$ 172.267 (R\$ 208.015 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do Fundo estatutário era de R\$ 2.881.664 (R\$ 2.580.593 em 2011),



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

enquanto o valor aplicado tinha o saldo de R\$ 2.455.261 (R\$ 2.280.768 em 2011), com uma diferença de R\$ 426.403 (R\$ 299.825 em 2011), que corresponde ao valor a ser repassado ao Fundo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	1.704.710	940.644
Aplicações financeiras	8.684.737	9.459.182
Total	10.389.447	10.399.826

7. Contas a receber de projetos

A Entidade contabiliza no ativo circulante os gastos despendidos com projetos cujos recursos ainda não foram recebidos dos respectivos Convênios ou Financiadores, sendo o valor em 31 de dezembro de 2012 correspondente a R\$ 430.612. No saldo inclui-se também o montante de R\$ 1.614.786 referente a Ordens de Pagamento recebidas do exterior cuja conversão cambial ocorreu no exercício seguinte. O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 2.045.398 (R\$ 1.235.950 em 2011).

8. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão demonstradas nos quadros abaixo:



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	497.856	33.966	(87.137)	444.685
Veículos	632.849	166.068	(95.335)	703.582
Móveis e utensílios	73.809	1.875	(17.686)	57.998
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.436.381	213.190	(129.913)	1.519.658
Embarcações	574.383	113.565	(4.910)	683.038
Equipamentos de comunicação	60.223	24.500	(1.557)	83.166
Total	4.526.958	553.164	# (336.538)	4.743.584

Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Prédios	(239.508)	(49.379)	-	(288.887)
Máquinas e equipamentos	(238.368)	(39.451)	21.916	(255.903)
Veículos	(486.442)	(76.578)	80.899	(482.121)
Móveis e utensílios	(45.598)	(6.299)	13.141	(38.756)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.050.911)	(143.922)	106.721	(1.088.112)
Embarcações	(466.387)	(41.956)	3.590	(504.753)
Equipamentos de comunicação	(25.982)	(6.691)	466	(32.207)
Total	(2.557.176)	(364.276)	226.733	(2.694.719)
Valor líquido	1.969.781	188.888	(109.804)	2.048.865



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Sistemas e programas	232.521	60.793	(7.695)	285.619
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
Total	277.351	60.793	(7.695)	330.449

Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Sistemas e programas	(228.289)	(7.261)	6.935	(228.615)
Total	(228.289)	(7.261)	6.935	(228.615)
Valor Líquido	49.062	53.532	(760)	101.834

Imobilizado

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	444.685	96.384	(118.411)	422.658
Veículos	703.582	139.042	(4.800)	837.824
Móveis e utensílios	57.998	16.337	(1.309)	73.026
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.519.658	100.897	(535.337)	1.085.218
Embarcações	683.038	35.000	(39.149)	678.889
Equipamentos de comunicação	83.166	11.772	-	94.938
Total	4.743.584	399.432	(699.006)	4.444.010



JPM
Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Prédios	(288.887)	(49.379)		(338.266)
Máquinas e equipamentos	(255.903)	(33.242)	87.855	(201.290)
Veículos	(482.121)	(76.785)	2.400	(556.506)
Móveis e utensílios	(38.756)	(5.644)	1.309	(43.091)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.088.111)	(147.697)	523.187	(712.621)
Embarcações	(504.754)	(57.118)	33.392	(528.480)
Equipamentos de comunicação	(32.207)	(8.573)		(40.780)
Total	(2.694.719)	(378.438)	648.143	(2.425.014)
Valor líquido	2.048.865	20.994	(50.863)	2.018.996

Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Sistemas e programas	285.619		(203.486)	82.133
Marcas e patentes	44.830			44.830
Total	330.449	-	(203.486)	126.963

Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Softwares	(228.615)	(12.195)	200.602	(40.208)
Total	(228.615)	(12.195)	200.602	(40.208)
Valor líquido	101.834	(12.195)	(2.884)	86.755



Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas às demonstrações contábeis

9. Obrigações fiscais e sociais

	2012	2011
INSS – salários	106.396	118.771
INSS - serviços prestados	16.286	22.057
FGTS	27.796	25.436
Imposto de renda retido na fonte – salários	54.300	52.747
Imposto de renda retido na fonte – serviços prestados	8.744	12.682
Outros	23.947	32.177
Total	237.469	263.870

10. Provisão para contingências

A Entidade é sujeita a ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza civil. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

11. Isenção tributária

Tendo em vista que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados.

12. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$ 8.546.044 (R\$ 8.180.353 em 2011).

13. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit, da constituição e dos rendimentos do fundo estatutário e diminuído do déficit e da utilização do fundo estatutário, apurados anualmente desde a data da sua constituição.



*Instituto Socioambiental
Parecer sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012*

Notas explicativas às demonstrações contábeis

14. Fundo institucional

Fundo constituído a partir do exercício de 2010 para fazer face ao pagamento da multa do FGTS no caso de desligamento de funcionários da Entidade. O cálculo foi inicialmente efetuado para os funcionários envolvidos em projetos específicos. A Entidade espera ampliar o valor desse Fundo de modo a minimizar no futuro os impactos financeiros que naturalmente ocorrem por ocasião do pagamento de verbas indenizatórias aos funcionários desligados. O valor será mantido em conta bancária específica de aplicação financeira e será utilizado exclusivamente no pagamento da multa do FGTS. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$ 28.370 (R\$ 22.493 em 2011).

15. Cobertura de seguros

A Entidade possui seguro contra incêndio, vendaval, queda de raio, explosão, danos elétricos e responsabilidade civil, o qual é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais riscos. Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pela Entidade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RELATÓRIOS DA AUDITORIA EXTERNA

À

Assembléia Geral do Instituto Socioambiental

Examinamos e aprovamos os procedimentos da Auditoria Externa, exercida por JPM – Auditoria e Consultoria Ltda.

Sendo assim, acolhemos seu parecer, que é favorável, quanto à representatividade das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012 em relação à real situação patrimonial e financeira do Instituto Socioambiental e quanto à observância da legislação societária brasileira.

Constatamos também que o levantamento físico dos bens patrimoniais foi concluído, e realizados os procedimentos contábeis decorrentes. Este levantamento havia sido recomendado no parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2010, acompanhando o parecer da Auditoria Externa daquele ano, e sua execução foi iniciada no ano de 2011, conforme atesta o parecer do Conselho Fiscal referente a 2011.

São Paulo, 30 de abril de 2013



Paulo Afonso Garcia
Conselho Fiscal

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

A análise das demonstrações financeiras do ISA – Instituto Socioambiental com referência ao exercício de 2012 apresentaram uma discreta redução no valor de suas receitas e despesas, se comparadas com o exercício de 2011. As receitas de 2012 atingiram o montante de R\$ 20,1 milhões, enquanto que em 2011 a receita total foi de R\$ 21,5 milhões. A variação nas receitas de um ano para outro foram, portanto de -6,5%. Já as despesas também se reduziram, passando de R\$ 21,3 milhões em 2011 para R\$ 20,1 milhões em 2012, com variação de -5,4%.

A pequena redução de receitas e despesas observada entre os anos de 2011 e 2012, entretanto, deve-se a fatores casuais, não significando uma alteração qualitativa na evolução das atividades do ISA ao longo do tempo. A causa principal desta oscilação a menor refere-se ao encerramento de alguns projetos e de alguns financiamentos durante o ano de 2012, com o lapso de alguns meses para sua renovação ou substituição, o que implicou em interrupção de receitas e despesas durante o período. Além disso, ao comparar os valores de 2012 com os de 2011 há que lembrar que o próprio ano de 2011 concentrou um volume muito elevado de receitas e despesas em função da ocorrência simultânea de fatores que propiciaram estes aumentos. Assim, se comparados com os valores de 2010, os valores de 2012 apresentam uma pequena elevação, coerentes com a evolução de suas séries históricas.

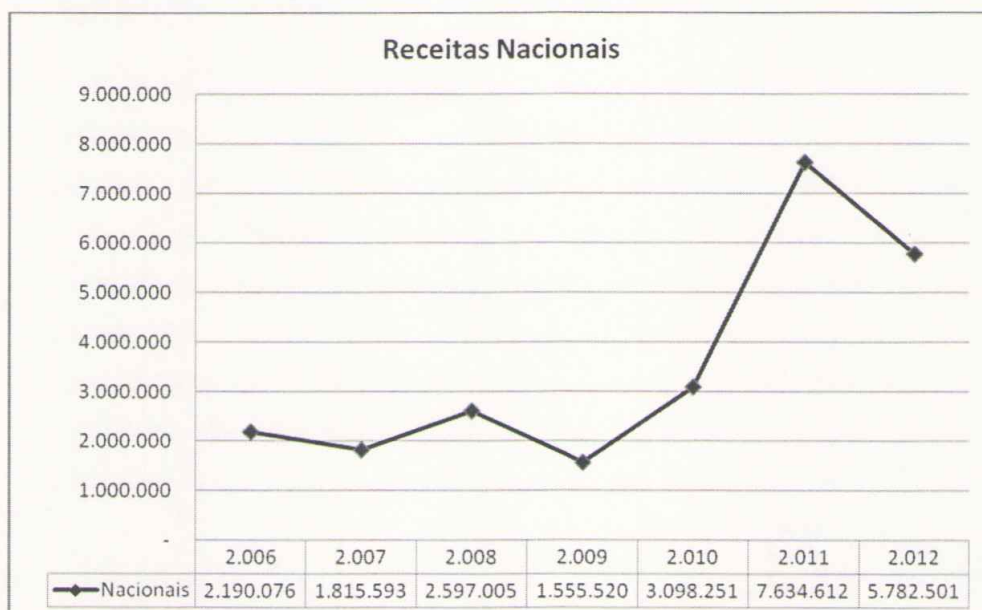
O gráfico abaixo ilustra essas considerações tanto no que se refere à normalidade dos valores de 2012 como quanto à excepcionalidade dos valores observados em 2011.



Uma vez que as receitas de 2012 resultaram em valor menor do que o das despesas, o exercício se encerrou com um déficit de R\$ 47,4 mil. Proporcionalmente é um valor pequeno, representando 0,2% do total das receitas ou despesas. O gráfico acima ilustra isso, onde os valores de receitas e despesas de 2012 apresentam-se quase que sobrepostos. Assim, o fato de haver déficit não chega a acarretar redução no valor do patrimônio líquido do ISA em 2012, visto que este pequeno valor foi mais do que compensado pelo crescimento no período de R\$ 306 mil na soma dos valores dos fundos institucional e estatutário, com destaque para este último.

No que se refere às receitas, o decréscimo de R\$ 1,4 milhão ocorrido em 2012 deve-se principalmente à redução nas receitas nacionais. Estas reduziram-se em R\$ 1,8 milhão, ou 24,3%, passando de R\$ 7,6 milhões em 2011 para R\$ 5,8 milhões em 2012. Este decréscimo deve-se principalmente ao encerramento de alguns projetos com financiamento nacional. O crescimento de 10,8% nas receitas estrangeiras é significativo, passando de R\$ 11,8 milhões em 2011 para R\$ 13,0 milhões em 2012, mas não foi suficiente para compensar a queda das receitas nacionais, mesmo porque a redução na venda de produtos e serviços também foi expressiva, reduzindo-se em 73,7%, ou R\$ 640 mil, devido principalmente à conclusão dos serviços prestados à Fundação Florestal do Estado de São Paulo.

Embora o valor das receitas nacionais em 2012 tenha sido 24,3% menor do que o de 2011, mesmo assim ainda é 86,6% superior ao valor destas receitas em 2010, quando o montante foi de R\$ 3,1 milhões, o que demonstra que a excepcionalidade encontra-se no valor de 2011, e não na redução ocorrida em 2012, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.



No que se refere às despesas, houve uma redução nos valores em R\$ 1,1 milhão do exercício de 2011 para o de 2012, equivalendo a 5,4%, passando de R\$ 21,3 milhões para R\$ 20,2 milhões. Essa redução decorre basicamente da redução nas despesas de programas regionais e nacionais, que passou de R\$ 16,0 milhões em 2011 para R\$ 14,8 milhões em 2012, apresentando uma redução de 7,3%, devido à já mencionada conclusão de alguns projetos ao longo do exercício, interrompendo o gasto mensal que acarretavam.

No que se refere às demais despesas, cabe destacar a evolução dos gastos de coordenação geral, que se elevaram em 29,1%, passando de R\$ 546 mil em 2011 para R\$ 705 mil em 2012. Esse crescimento deve-se basicamente à alocação dos gastos com a instalação do sistema de vídeo conferência do ISA, que foi classificado nesta categoria, mantendo-se constantes os demais valores que compõem esta rubrica.

Mencione-se também o acréscimo no valor das despesas com serviços e atividades permanentes, que aumentou em 10,6% de 2011 para 2012, passando de R\$ 2,8 milhões para R\$ 3,0 milhões. O custo de pessoal é componente destacado desta categoria, tendo o dissídio coletivo implicado em reajuste salarial de 7,3%, fato a que se acresce os gastos adicionais com desenvolvimento institucional e com comunicação.

No que se refere ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2012 do ISA, este apresentou um total de ativos no valor de R\$ 15,2 milhões, distribuídos em R\$ 13,1 milhões no ativo circulante e R\$ 2,1 milhões no ativo não circulante.

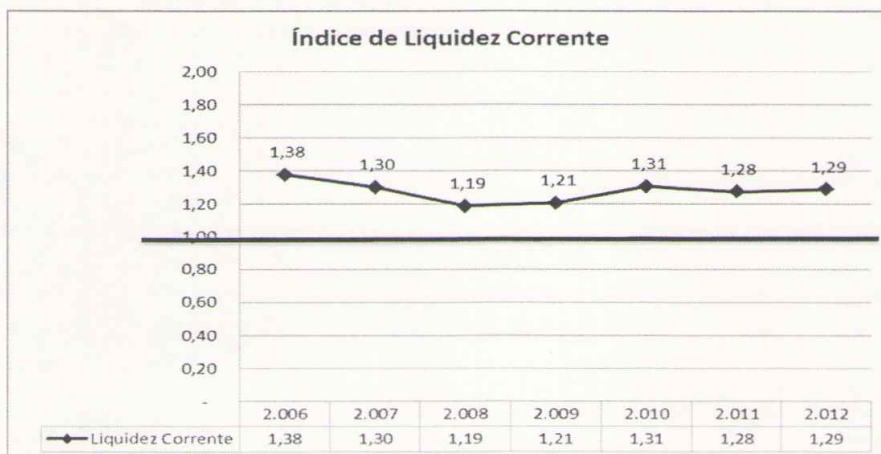
Quanto ao ativo circulante, os principais valores são R\$ 10,4 milhões disponíveis em caixa ou equivalente caixa, valor praticamente igual ao registrado no balanço de 2011, e R\$ 2,0 milhões classificados como contas a receber de projetos, valor este 65,5% maior do que o de 2011, que foi de R\$ 1,2 milhões. Importante destacar que, conforme apontado no parecer da Auditoria Externa, R\$ 1,6 milhão em contas a receber referem-se a ordens de pagamento já recebidas pelo ISA na ocasião, apenas aguardando conversão cambial, o que pode ser considerado quase como uma disponibilidade, e apenas R\$ 430 mil referem-se a valores efetivamente não recebidos.

Já os ativo não circulante registrou um montante de R\$ 2,1 milhões, valor este 2,1% inferior ao de 2011. Esta redução decorre do trabalho executado pelo ISA de levantamento físico dos bens patrimoniais, solicitado pela Auditoria Externa, que implicou em adequação dos registros contábeis à situação concreta dos bens físicos.

A contrapartida do ativo, que é a soma de passivo e patrimônio líquido, apontou também um crescimento de R\$ 829 mil em relação ao valor de 2011, que foi de R\$ 14,3 milhões. Da parte do passivo, o principal valor acrescido foi o de recursos vinculados a projetos, que se elevou em R\$ 356 mil em 2012, passando de R\$ 8,2 milhões em 2011 para R\$ 8,5 milhões em 2012. Este item refere-se a obrigações de realização de atividades por conta de recursos já recebidos dos financiadores, recursos estes disponíveis no ativo circulante como caixa ou equivalente caixa, ou também como ordens de pagamento classificados em contas a receber. Assim, os recursos para a regularização deste passivo já foram recebidos, aguardando a realização das atividades dentro do cronograma de trabalho do Instituto.

Outro crescimento importante foi o do fundo estatutário, que passou de R\$ 2,6 milhões para R\$ 2,9 milhões em 2012. Como mencionado acima, o crescimento deste fundo em R\$ 301 mil, acrescido dos R\$ 5,9 mil de crescimento no fundo institucional, mais do que compensou o déficit de R\$ 47,4 mil do exercício, fazendo com que o patrimônio líquido registrasse um incremento de R\$ 260 mil em 2012, com crescimento de 5,5%.

Por fim, cabe mencionar que o índice de liquidez corrente do ISA, calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, mante-se estável, atingindo 1,29 em 2012, enquanto que em 2011 foi de 1,27. Esta saudável estabilidade vem se mantendo ao longo dos anos, apontando para uma folga nos recursos disponíveis a curto prazo para atender as exigibilidades de curto prazo. Esta estabilidade pode ser observada no gráfico seguinte.



Concluindo, pode-se considerar que o ano de 2012, do ponto de vista econômico-financeiro, foi positivo. As excepcionalidades ocorridas em 2011 não se repetiram, mas os valores apresentam uma continuidade progressiva em relação à tendência observada até 2010, com crescimento paulatino mantendo as condições de liquidez em um patamar seguro.

São Paulo, 30 de abril de 2013



Paulo Afonso Garcia
Conselho Fiscal